

Entrevista com Miguel Lemos Rodrigues, Administrador da Águas de Gaia:

Água: um recurso que exige reflexão...

O tema da gestão da água tem vindo a assumir, ao longo dos últimos anos, um lugar de destaque à escala mundial. Desde os vaticínios mais pessimistas quanto ao risco da contaminação e escassez de um recurso sem o qual o ser humano não pode sobreviver, à envolvente económico-financeira, traduzida em novas formas de gestão que poderão representar o risco de tornar um bem que deve ser comum especulado em mercados bolsistas, a discussão faz hoje todo o sentido. Na Europa, parecem debelar-se duas correntes, uma que defende a gestão privatizada com o argumento a apontar para uma gestão mais focada na eliminação de prejuízos financeiros e, outra, mais humanista, que defende a gestão do sector na esfera pública, que distribua dividendos pela população.

Um exemplo recente de sucesso, demonstrativo de que a água pode ser gerida no domínio público com eficiência e garantindo um serviço de qualidade, quer no domínio da distribuição, quer nas vertentes ambientais concomitantes, é a empresa municipal Águas de Gaia.

Em entrevista, Miguel Lemos Rodrigues, Administrador da Águas de Gaia desmistifica alguns dos preconceitos que vão surgindo em torno de um sector, muito apetecível a quem procura apenas a obtenção de lucro, descurando implicações sociais e ambientais...



**MIGUEL LEMOS RODRIGUES,
ADMINISTRADOR DA
ÁGUAS DE GAIA**

“Ninguém deve privar um ser humano de ter acesso à água”

É ou não seguro beber hoje água da rede pública?

Miguel Lemos Rodrigues (MLR) – É 100 por cento seguro! Pelo menos a água que a Águas de Gaia distribui tem sido considerada pelo regulador do sector das águas e saneamento como 100 por cento segura para consumo humano, o que significa que os consumidores podem estar absolutamente seguros de que, quando bebem um copo de água da torneira, estão garantidos todos os critérios de qualidade do ponto de vista químico e da saúde pública. Devo ainda referir que, para além das análises que realizamos ao abrigo da legislação em vigor e com base nas recomendações do regulador, temos um programa in-

terno de controlo da água, composto em 83 pontos de recolha de amostras na rede pública, além de fazermos igualmente recolhas aleatórias à saída da torneira dos consumidores, com a autorização destes, em diversos pontos do concelho, que são depois analisadas num laboratório independente.

No entanto, existem indicadores que revelam que a população ainda não percebeu isso e não utilizam de forma adequada este recurso tratado pelos operadores...

MLR – É verdade... Há efectivamente uma tendência para que os consumidores continuem a optar pela água engarrafada... Apesar de não sermos concorrentes diretos das empresas de água engarrafada, gostava de referir que a água da torneira, para além de ser cem por cento segura e de a podermos beber sem qualquer receio, é mais ecológica, até por não recorrer, na sua distribuição comercial, a veículos movidos a combustíveis poluentes, nem ser comercializada em garrafas de plástico. Além disso, em média, a água da torneira é mil vezes mais barata do que a água engarrafada. Portanto, quando a população consome água da torneira, não só está a consumir água segura, como está a contribuir para uma maior sustentabilidade ambiental e, mesmo do ponto de vista da economia familiar, está a poupar.

Gerir uma empresa municipal como a Águas de Gaia significa igualmente gerir recursos naturais que, de acordo com muitos ambientalistas e investigadores, se encontram cada vez mais em risco, uma vez que são esgotáveis... Será mesmo assim ou, pelo contrário, as populações não terão que assumir esta preocupação?

MLR – Nós, enquanto operador público de distribuição de água mas também como uma empresa que, para além de distribuir água, faz a drenagem de águas residuais e a gestão de águas pluviais, temos uma natural apetência para as questões ambientais. Gostamos de nos considerar uma empresa verde, uma empresa ecológica e estamos inclusive certificados nessa área. Todo o enfoque que colocamos na nossa gestão tem preocupações ambientais e de sustentabilidade. Evidentemente, a água é um bem escasso, esse é um tema conhecido por todos... Já se debate muito à escala mundial a escassez da água. No nosso país, nomeadamente na região onde estamos inseridos, temos a garantia de que podemos ter água potável para consumo humano por muitos e longos anos, mas trata-se de um tema que deve, efectivamente, preocupar à escala mundial os gestores deste tipo de empresas mas também os responsáveis políticos dos diversos países. E o tema das alterações climáticas é, sem dúvida, central. Estamos perante fenómenos como o aquecimento global e, nalgumas regiões do planeta onde não era habitual verificarem-se períodos longos de

“O enfoque que colocamos na nossa gestão tem preocupações ambientais e de sustentabilidade”

seca os mesmos já começam a fazer-se sentir e tudo isto provoca alterações ao ciclo urbano da água... É algo que nos deve preocupar, devemos estar atentos, não deve constituir um ponto de alarme imediato para as populações porque, efectivamente, não temos ainda escassez de água para consumo mas é um tema que deve ser encarado com coragem, incluindo a tomada de medidas que minimizem os riscos para o aquecimento global e para as alterações climáticas.

No entanto, já há quem encare este recurso como um bem comparável ao petróleo ou ao ouro e a projectar na gestão da água um grande negócio à escala mundial através da privatização, colocando em causa o acesso e a salubridade de um recurso que devia pertencer a todos...

MLR – Eu sou um claro defensor da água como uma componente pública e, como tal, sujeita a uma gestão de cariz público. Hoje em dia, temos realidades muito distintas, não só em Portugal como também no resto da Europa, com o negócio da água baseado em concessões públicas, que podem ser entregues a privados. Por princípio, como afirmei, sou defensor de uma gestão pública do sector, mas mal estaremos quando olharmos para a água como um bem, naturalmente escasso, mas equiparado na sua exploração ao petróleo, ao ouro ou à prata e com a água possamos também fazer especulação económica. Quando chegarmos a esse limite, julgo que o mundo se tornará bastante perigoso porque, ao contrário do petróleo, para o qual já temos alternativas energéticas, nomeadamente com recurso a fontes renováveis, a água é fonte de vida e temos que a consumir para sobrevivermos. Não havendo uma alternativa à água, quando esta for vista como um bem que pode ser, por exemplo, ser negociado em bolsa e sujeito à especulação económica, repito, o mundo tornar-se-á bastante perigoso. Sabemos que existe um enorme apetite para este tipo de negócios, nomeadamente por empresas privadas, em Portugal e na Europa já existem operadores de água que estão a ser geridos por privados mas também começa a verificar-se o fenómeno inverso, ou seja, concessões que estavam entregues a privados a serem novamente revertidas para o sector público. É o caso da Inglaterra, da Alemanha ou o caso recente em Valladolid, em que o município decidiu reverter a concessão para a esfera pública... Ultimamente, e bem, já há quem olhe para a água como um sector estratégico que não deve ser privatizado mas sim manter na esfera pública.

Vila Nova de Gaia é um dos maiores concelhos em área do país, tem rio, mar e agricultura e encerra algum potencial de risco quanto à poluição das águas. Como encaram actualmente este fenómeno?

MLR – Como afirmei, elegemos preocupações ambientais em toda a actividade que desenvolvemos e, explorando o próprio conceito da empresa municipal Águas de Gaia, posso dizer que gerimos todo o ciclo urbano da água. Gerimos a distribui-



“A água deve ter um preço justo, que as pessoas possam pagar”

ção, a drenagem de águas residuais domésticas para tratamento, gerimos a drenagem de águas pluviais, fazemos a gestão de um contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos e ainda a gestão da manutenção das zonas balneares e fluviais. Por vezes, em tom de brincadeira, digo que tudo o que meta água é conosco... O tema da poluição preocupa todos os cidadãos e a nós em particular, que estamos no sector, que é também ambiental mas através do nosso sistema - que está muito bem desenvolvido, quer do ponto de vista da gestão em baixa, que é a que fazemos mas, também depois, na ligação à rede em alta, nomeadamente da rede de ETAR e de estações elevatórias, finalizando com um exutor submarino, a mais de 2km da costa – podemos garantir que a nossa actividade é 100 por cento ecológica e que não provoca dano nem para as praias, nem para o rio Douro nem para a rede de ribeiras.

Será essa a grande bandeira que distingue a esfera pública da privada?

MLR – Julgo que qualquer operador de água, seja público ou privado, terá que eleger preocupações ambientais. Agora, posso afirmar que temos uma preocupação muito grande porque somos uma empresa municipal e pretendemos contribuir para o bem-estar das populações, não só no nosso core-business mas igualmente noutros contextos, de que constitui exemplo a manutenção de 18 bandeiras azuis nas nossas praias. Isso só se consegue através de uma gestão integrada dos vá-

rios sectores da nossa actividade e, nomeadamente, na questão do saneamento básico e da correta drenagem das águas pluviais. Só com uma boa rede de drenagem de águas residuais que depois integra com a rede de ETAR, de estações elevatórias e todo o conjunto de tratamento de águas residuais domésticas, é que podemos garantir que todos os anos temos vindo a manter 18 bandeiras azuis em 18 praias do concelho, elevando a par a qualidade das águas fluviais do rio Douro. Acho que a fronteira, aqui, está na distribuição de dividendos. Nós distribuimos dividendos à população. Os nossos resultados económico-financeiros são reinvestidos no desenvolvimento do concelho. Naturalmente, numa empresa privada, que tem um conjunto de accionistas que pretendem que a empresa distribua dividendos, a margem de reinvestimento será certamente menor do que numa empresa pública.

Como vê esta estratégia europeia que visa a privatização da água à escala mundial?

MLR – Voltando a fazer a minha declaração de interesses, sou um defensor da água na esfera pública e, portanto, vejo-o com muita preocupação. Creio que estão a coexistir dois blocos ideológicos na gestão deste negócio, um que defende que a privatização poderá ser a solução para alguns resultados menos positivos, algo que discordo, dando como exemplo o nosso caso, em que fizemos uma reestruturação económico-financeira que nos garante a sustentabilidade da empresa sem que tenhamos que pensar numa eventual alienação parcial ou total do capital a privados. Por outro lado, existe um bloco que defende que o sector da água deve se manter na esfera pública e referi os exemplos da Inglaterra, Alemanha e Valladolid. Nós somos hoje membros de uma associação europeia de operadores públicos de água, a APE, que integra mais de 50 operadores. Isto significa que existe também, à escala da Europa, quem se preocupe com estas temáticas e que continuamos a debater, ao mais elevado nível, nomeadamente com a Comissão Europeia, que a gestão do sector se deve manter na esfera pública ou, pelo menos, com um grande enfoque nesta. Mas posso dar também o exemplo das águas de Paris, que são públicas, bem como as da Escócia, de Budapeste, de Gaia, do Porto, de Lisboa... Ainda temos esperança de que a água será um bem que, embora escasso, estará à disposição da população.

Já ponderou a possibilidade de pessoas que não possam dinheiro para pagar a água sejam privadas desse direito?

MLR – Ninguém deve ter o direito de privar um ser humano de ter acesso à água. Mas também considero que a água, como a vemos hoje, mesmo a da torneira, deve ser paga pelos consumidores, não a preços de mercado mas a preços justos que garantam a sustentabilidade das empresas que gerem este sector. Julgo que devemos ter a capacidade, como é o caso da Águas de Gaia, de manter tarifas sociais que permitem baixar o preço, dito comercial, da água e permitir que as pessoas com menores recursos económicos possam ter acesso à água. Por outro lado, o facto de perspectivarmos este sector como algo que deve ser bem gerido mas que não deve ser encarado como um negócio, no seu conceito tradicional, afecto à especulação e com uma política de preços dependente da oferta e da procura, permite-nos também manter preços que sejam salvagarda-

A água é um Direito Humano

Todas as constituições do mundo deveriam aprovar um princípio que enquadrasse a água como um Direito Humano e Universal. Desta forma o mundo teria a garantia da disponibilidade deste bem essencial à vida da humanidade. Sabe-se que existem muitos e sérios problemas com as reservas hídricas, como se sabe da ideia de negócio à escala mundial deste bem precioso e que o seu valor estratégico não escapa ao interesse das grandes multinacionais... Não se pode ignorar “A Guerra Mundial pela Água”, que envolve poderosos interesses internacionais e que uma reportagem realizada para um canal da Alemanha, mostra como a União Europeia, iniciou um plano de privatização da água em toda a Europa, que inclui algumas regiões de Portugal, como precursoras desse plano “secreto”.

dos dessa própria especulação. Em suma, não gostaria de saber que algum gaiense está privado do consumo de água, sabendo porém que, até do ponto de vista social, é injusto termos, por exemplo, num determinado prédio ou bairro, clientes que fazem um esforço para continuar a pagar as suas contas de água e, ao lado, termos alguém que, pura e simplesmente, não paga por mera negligência. Resumindo, entendo que a água deve ter um preço justo, que as pessoas possam pagar, que permita a sustentabilidade deste tipo de empresas e, paralelamente, existam os designados tarifários sociais ou, como fazemos, um tarifário especial para famílias alargadas. Estas políticas permitem que a água seja, por um lado, gerida e, por outro, um bem que esteja ao alcance de todas as pessoas.

“Acabámos de lançar um novo design de factura, que permite olhar para a mesma e perceber, de forma intuitiva, o que se está a pagar”

Muita gente admite que o preço que cobram pela água não é elevado, apontando o problema para as taxas associadas na factura que recebem...

MLR – É importante desmistificar a factura... Curiosamente, acabámos de lançar um novo design de factura, que permite olhar para a mesma e perceber, de forma intuitiva, o que se está a pagar. Quando um cliente da Águas de Gaia recebe a sua factura, esta apresenta vários componentes: o pagamento da água que consome, o custo do saneamento, ou seja, das águas residuais, calculada na proporção do consumo de água e os resíduos sólidos urbanos. Para além disso, a factura inclui a taxa de resíduos hídricos, cobrança que fazemos em nome do Estado e que promove a gestão dos recursos hídricos, e o IVA. Efectivamente, o valor da água é reduzido no conjunto da factura porque se trata apenas de uma componente dos serviços que prestamos.